#### COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL DE PORTUÁRIO DO PECÉM – CIPP S/A

## C.N.P.J. 01.256.678/0001-00

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2023

**Senhores Acionistas,**

Apresentamos os resultados financeiros e operacionais da Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S/A ao final do exercício de 2023, oportunidade em que expressamos a nossa satisfação em ter finalizado um período com grandes conquistas. Em observância às disposições estatutárias e em conformidade à Lei nº 6.404/76, apresentamos à Assembleia de Acionistas as Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao exercício de 2023.

Sobre a vertente de negócios portuários, a movimentação acumulada de 2023 (17.389.922 t) do Terminal Portuário do Pecém foi 2% superior em relação ao mesmo período de 2022 (17.111.870 t). Os desembarques aumentaram 2,96% em relação a 2022 alcançando 10.939.932 toneladas, ao passo que os embarques reduziram 3,33%, atingindo 6.122.060 toneladas.

Em relação à natureza da carga, granel sólido foi a carga mais relevante na composição dos índices em toneladas, contribuindo com 7.330.870 toneladas (42,15%), seguido de carga conteinerizada com 6.272.025 toneladas (36,06%), carga solta com 3.663.276 toneladas (21,06%) e granel líquido com 123.751 toneladas (0,7%).

A navegação de longo curso totalizou 6.508.405 toneladas, resultado 0,3% superior ao mesmo período de 2022. Nos desembarques de longo curso, os principais produtos movimentados foram combustíveis minerais (2.339.428 t); ferro fundido (557.735 t); máquinas (54.335 t); e adubos (44.032 t). Em relação aos embarques de longo curso, os destaques foram verificados nas movimentações de ferro fundido (2.493.920 t); frutas (200.856 t); minérios (107.257 t); e sal, enxofre, terras e pedras (62.184 t). A navegação de cabotagem totalizou 10.881.517 toneladas, o que representou um aumento de 3% se comparado com o mesmo período do ano anterior. Nos desembarques de cabotagem, os principais produtos movimentados foram minérios (4.806.374 t); cereais (556.900 t); plásticos e suas obras (225.323 t) etc. Já os embarques de cabotagem ficaram por conta das movimentações de sal (682.603 t); ferro fundido (557.352 t); plástico e suas obras (168.035 t); e cereais (141.655 t).

A movimentação acumulada de contêineres registrou a marca de 482.930 TEU’s (283.624 unidades), crescimento de 16% em relação ao resultado obtido no mesmo período de 2022. A cabotagem respondeu por 395.439 TEU’s, crescimento de 8% em relação ao mesmo período de 2022. No longo curso, o aumento foi de 70%, de 15.912 TEU’s em 2022 para 87.491 TEU’s em 2023. Em toneladas, a movimentação de cargas conteinerizadas apresentou um crescimento de 13% ante o ano de 2022, totalizando 6.272.025 toneladas.

Sobre a vertente de desenvolvimento industrial, considerando apenas as áreas reservadas ou cedidas pela CIPP S/A fora da Zona de Processamento de Exportação, importante destacar os projetos da Fracht Log (armazéns frigorificados) e da TMB/Dislub (tancagem de combustíveis) que concluíram os seus estudos de viabilidade e tomaram decisão de investimento favorável, com a assinatura de contratos definitivos de uso de área, adicionando mais 20,7ha de áreas arrendadas pela CIPP S/A para novos negócios no Complexo do Pecém. Assim, a receita anual de cessão de áreas pela CIPP S/A alcançou R$ 2,18 milhões em 2023, equivalente a 2,1 vezes a receita auferida em 2022, em valores nominais.

Em relação à empresa investida, a Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação – ZPE CEARÁ, foi atingido um Lucro Líquido de R$9.359.281,34 (nove milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, duzentos e oitenta e um reais e trinta e quatro centavos). Parte desse lucro teve elevada contribuição das receitas de cessão de uso de área industrial, com a assinatura dos pré-contratos com empresas do hub de hidrogênio verde. Houve aumento de 52,7% de áreas reservadas e/ou cedidas no setor II da ZPE no ano de 2023 em relação ao ano de 2022, passando de 387,10ha para 591,10ha. A receita de cessão de área ZPE II para 2023 foi R$ 7,66 milhões. Considerando valores nominais, a receita faturada em 2023 equivale a 2,7 vezes a receita auferida no mesmo período de 2022.

A capacidade de geração de recursos próprios (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA*) consolidada da CIPP S/A foi de R$ 147.070.815,14 (cento e quarenta e sete milhões, setenta mil, oitocentos e quinze reais e quatorze centavos), sendo a quantia de R$131.705.435,13 (cento e trinta e um milhões, setecentos e cinco mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e treze centavos) alcançada exclusivamente pela CIPP S/A e R$15.365.380,01 (quinze milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, trezentos e oitenta reais e um centavo) pela sua subsidiária integral ZPE CEARÁ. Tais recursos possibilitaram a realização de seus próprios investimentos e o pagamento de suas despesas de custeio, contribuindo para o desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém.

O crescimento da movimentação portuária em 2023, a gestão dos custos e despesas da Companhia, o aumento das cessões de uso de área industrial e a manutenção da concessão de benefício fiscal de modernização junto a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, proporcionaram a CIPP S/A encerrar o exercício com um Lucro Líquido consolidado de R$112.261.496,82 (cento e doze milhões, duzentos e sessenta e um mil, quatrocentos e noventa e seis reais e oitenta e dois centavos), no qual já está contemplado a receita de equivalência patrimonial.

Por fim, queremos agradecer o empenho e a entrega de todo o nosso time e parceiros, que trabalham para prestar sempre um serviço de excelência. Estejam certos de que estamos fazendo os investimentos necessários e que continuaremos trabalhando arduamente para satisfazer nossos clientes e demais interessados buscando o desenvolvimento do Estado e a geração de valor aos acionistas.

Hugo Santana de Figueirêdo Junior

Diretor Presidente

Rebeca do Carmo Oliveira

Vice-Presidente Financeira

Fábio Xavier Grandchamp

Vice-Presidente de Operações

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM – CIPP S/A, neste ato representado pelo seu Presidente, no uso de suas atribuições legais, inclusive aquelas conferidas pelo artigo 163, da Lei nº 6.404, de 15/12/76, declara que examinou o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Com base nos exames efetuados, considerando o Relatório da Auditoria Externa elaborado pela auditoria independente BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES SS LTDA sem ressalvas, considerando as informações e esclarecimentos recebidos das áreas técnicas no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, financeira e as atividades desenvolvidas da CIPP S/A no citado exercício, estando em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Fortaleza- CE, 10 de abril de 2024.

José Nelson Martins de Sousa

Presidente do Conselho

Maximiliano Cesar Pedrosa Quintino de Medeiros

Conselheiro

Francisco das Chagas Cipriano Vieira

Conselheiro

Luisa Cela de Arruda Coelho

Conselheira

Maria Lucimar Rocha Bento Ferreira

Conselheira

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos

Acionistas e Administradores da

**Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S.A.**

São Gonçalo do Amarante - CE

**Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos

controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

* + - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
		- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia**;**
		- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
		- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia**.** Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
		- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
		- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 08 de março de 2024.

|  |
| --- |
|  |
| **BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.****CRC 2 CE 001465/F-4** |
|  |
| **João Paulo Dias Neves** |
| **Contador CRC 1 BA 027946/O-6 – S - CE** |











**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022**

**(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. Contexto operacional

A atividade da Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S/AA (“Companhia” ou “CIPP”) teve sua origem formal em 22 de dezembro de 1995, data de sua criação por meio da Lei Estadual nº 12.536 publicada no Diário Oficial do Estado em 27 de dezembro de 1995.

A Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S/A está vinculada às políticas estaduais voltadas ao tema estratégico “Infraestrutura e Mobilidade” e ao eixo “Ceará de Oportunidades”, ambos presentes no Plano Plurianual – PPA do quadriênio 2020-2024. No tocante ao Ceará 2050, no que tange ao "Programa Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém", em relação às iniciativas: “Qualificação Tecnológica do Terminal Portuário do Pecém” e “Expansão da atração de investimento para o Complexo Industrial e Portuário do Pecém e a Zona de Processamento de Exportações”. O resultado esperado para as políticas desenvolvidas nesse eixo é o de assegurar o desenvolvimento sustentável.

Destaque-se que o tema estratégico “Infraestrutura e Mobilidade” adere a missão do Porto do Pecém de oferecer soluções seguras e eficientes de logística de transporte multimodal de cargas, atuando como indutor de novos negócios, diretamente ou por meio de parcerias, promovendo o desenvolvimento sustentável para o Estado do Ceará e a sua visão de futuro que é tornar-se até 2030 um dos maiores portos-indústrias do país, um porto concentrador (*hub*) e principal acesso para a nova fronteira agrícola.

O Estado, com sua política, propõe investimentos em todos os modais de transporte, contemplando os transportes rodoviário, ferroviário, marítimo e aeroviário, envolvendo recursos estaduais e federais. Visa-se o fortalecimento dos eixos logísticos de integração regionais, adequando-os a uma nova realidade de uma rede logística eficiente. Todos os projetos têm como norteador o Programa Estadual de Logística e Transportes do Ceará - PELT/CE, que se propõe a ser um norteador das ações do Governo do Estado, numa visão de longo prazo, fornecendo os elementos necessários à preparação de uma agenda para a política da logística de carga, que priorize os investimentos em projetos de transportes e procedimentos na cadeia logística com a maior potencialidade de obter ganhos de eficiência nos custos.

Em relação à CIPP S/A, e de modo a ampliar a capacidade de movimentação de cargas do Terminal Portuário do Pecém, foi concluída a ampliação do pátio do terminal em 7,44 hectares destinados prioritariamente às cargas gerais.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração da Companhia em 08 de março de 2024.

1. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todo o período apresentado, salvo indicação contrária.

* 1. Base de preparação

As demonstrações contábeis da Companhia e sua controlada foram preparadas e estão sendo apresentadas, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

* 1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

* 1. Base de consolidação

As informações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e sua controlada direta, a seguir:

|  |  |
| --- | --- |
|  | **% de participação** |
|  | **dez/23** | **dez/22** |
| Companhia Administradora da Zona Portuária de Processamento de Exportação do Ceará - ZPE Ceará | 100,00% | 100,00% |

As políticas contábeis foram aplicadas com uniformidade em sua controlada e consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado atribuído aos sócios da Companhia em suas demonstrações contábeis consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da Companhia em suas demonstrações contábeis individuais.

As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir.

Saldos e transações *intercompany*, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações *intercompany*, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

* 1. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia são mensurados, usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”) e estão sendo apresentadas em milhares de reais.

* 1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem, por exemplo, o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

* 1. Instrumentos financeiros

**Classificação – ativos e passivos financeiros**

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

**Redução ao valor recuperável *(impairment)* - ativos financeiros e ativos contratuais:**

O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito com base na melhor estimativa da Administração.

**Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

* 1. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e de sua controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (*impairment)*. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment,* se necessária.

* 1. Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, sendo composto substancialmente de itens de almoxarifado, utilizados no consumo tanto na operação quanto na administração da Companhia.

* 1. Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

* 1. Investimentos

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora as informações financeiras de controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis da controlada são integralmente consolidadas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Sociedade.

* 1. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício social.

Somente os bens no qual a Companhia possui o controle são classificados como Ativo Imobilizado. Os bens adquiridos pela Companhia e vinculados ao contrato de cessão serão classificados como intangível.

* 1. Ativos intangíveis

**Direto de uso**

Em 05 de junho de 2001 a União por intermédio do Ministério dos Transporte celebrou juntamente com o Governo do Estado Ceará com a interveniência da Companhia, contrato de adesão no qual autoriza a Companhia a exploração do terminal de uso privativo (TUP) situado no distrito do Pecém no município de São Gonçalo do Amarante – CE.

Em 2018, foi celebrado entre o Governo do Estado do Ceará e a Companhia termo de cessão de direito de uso de bens, que tem como objeto a cessão, para a Companhia, dos ativos (terrenos, edificações, benfeitorias etc.) que são de propriedade do Estado e fazem parte do Complexo Portuário do Pecém.

Apesar da Companhia não se caracterizar juridicamente como uma concessionária de serviços públicos, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura utilizada para prestar um serviço de utilidade pública, o qual é regulamentado pela Agência Nacional dos Transportes Aquaviários (ANTAQ), tendo autonomia para intervir em políticas de preços e tarifas e em outros aspectos operacionais do Porto.

Adicionalmente é válido mencionar que a Companhia não detém a propriedade efetiva dos ativos cedidos, portanto, ao término do contrato de cessão tais ativos são devolvidos ao Estado do Ceará.

Considerando a orientação técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão, que estabelece que outras modalidades de contratos, similares a contratos de concessão, também estão inclusas no escopo do ICPC 01 (R1), a Companhia possui como política contábil apresentar o direito de uso de tais ativos como intangível, sendo esses amortizados pelo prazo do contrato de cessão de direito de uso.

**Softwares**

As licenças de programas de computador (softwares) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos e são amortizadas conforme vida útil.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorrido.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos no ativo intangível quando os seguintes critérios são atendidos:

* É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
* A Administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;
* O software pode ser vendido ou usado;
* Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros;
* Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*;
* O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem aqueles ocorridos em razão de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

* 1. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação da necessidade de registro de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo deduzidos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

* 1. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

* 1. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor seja estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

* 1. Participações nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

* 1. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos: corrente e diferido.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de Impostos de Renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os Impostos de Renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

* 1. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e registrada no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

A Companhia goza de incentivo fiscal (junto a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE) de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis.

Os valores correspondentes à redução do imposto de renda são contabilizados como redução das correspondentes despesas de impostos no resultado do período e posteriormente transferido para o patrimônio líquido na conta “Reserva de Incentivo Fiscal”.

* 1. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

* 1. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) e reconhecidos ao custo de aquisição e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

* 1. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e de sua controlada.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

**(a) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

1. **Instrumentos financeiros**
	1. **Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia e de sua controlada a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

O programa de gestão de risco da Companhia e de sua controlada se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de sua controlada.

A gestão de risco é realizada pela alta Administração da Companhia e de sua controlada. A Alta Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

**(a) Risco de mercado (taxa de juros)**

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia e sua controlada vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (incidente apenas em suas aplicações financeiras, pois a Companhia e sua controlada não possuem empréstimos e financiamentos).

Com relação a taxa de juros, a Administração da Companhia entende que esse risco é reduzido, pois somente realiza investimentos atrelados ao CDI e monitora continuamente o comportamento desse indicador no mercado, visando reduzir a exposição da Companhia e de sua controlada.

**(b) Risco de crédito**

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito com clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. Para os créditos com clientes, a Administração da Companhia faz o gerenciamento constantes de tais clientes.

**(c) Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

* 1. **Gestão de capital**

A Companhia busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que leve em consideração parâmetros adequados para os custos financeiros, os prazos de vencimento das captações e suas garantias.

1. **Estimativas e premissas contábeis críticas**

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e de sua controlada no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão relacionadas a seguir:

1. **Imposto de Renda, Contribuição Social e outros impostos**

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

1. **Provisões para riscos processuais**

A Companhia e sua controlada são partes em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para os riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais. A Alta Administração acredita que essas provisões para riscos processuais estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. **Caixa e equivalentes de caixa**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Descrição** |  | **Controladora** |  | **Consolidado** |
|  |  | **2023** |  | **2022** |  | **2023** |  | **2022** |
| Caixa |  | - |  | 4 |  | - |  | 5 |
| Conta corrente |  | 40 |  | 20 |  | 82 |  | 80 |
| Aplicações financeiras |  | 121.272 |  | 211.166 |  | 130.953 |  | 215.525 |
|  |  | **121.312** |  | **211.190** |  | **131.035** |  | **215.610** |

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado, principalmente, à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

1. **Títulos e valores mobiliários**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Descrição** |  | **Controladora** |  | **Consolidado** |
|  |  | **2023** |  | **2022** |  | **2023** |  | **2022** |
| Escrow Account |  | 182 |  | 291 |  | 182 |  | 291 |
| Aplicações diversas |  | 194.889 |  | 57.999 |  | 194.889 |  | 57.999 |
|  |  | **195.071** |  | **58.290** |  | **195.071** |  | **58.290** |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Descrição** |  | **Controladora** |  | **Consolidado** |
|  |  | **2023** |  | **2022** |  | **2023** |  | **2022** |
| Circulante |  | 108.871 |  | - |  | 108.871 |  | - |
| Não circulante |  | 86.200 |  | 58.290 |  | 86.200 |  | 58.290 |

1. O saldo de *Escrow Account* refere-se a valor mantido em aplicação financeira oriundo da retenção de valores do acionista Estado do Ceará para garantir o pagamento das contingências passivas conhecidas até 2018. O Saldo está aplicado em certificado de depósito bancário com referência a 100% do “CDI” com resgate programado para 2024;
2. Refere-se à Letra Financeiras, objetivando rentabilidade mais atrativa em razão do prazo previsto para o exercício de 2024 e 2025, e da impossibilidade de resgate antecipado, sendo a intenção da Administração fazer uso desses recursos somente após o prazo de resgate mencionado anteriormente, ou seja, recursos que são parte da atividade de investimento e não “gerenciamento de caixa”.
3. **Contas a receber**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Descrição** |  | **Controladora** |  | **Consolidado** |
|  |  | **2023** |  | **2022** |  | **2023** |  | **2022** |
| Mercado interno |  | 15.511 |  | 10.696 |  | 18.743 |  | 14.402 |
| Créditos a faturar |  | 11.888 |  | 6.029 |  | 11.888 |  | 6.029 |
| (-) Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa | (170) |  | (457) |  | (170) |  | (457) |
|  |  | **27.229** |  | **16.268** |  | **30.461** |  | **19.974** |

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|   | **Controladora** |   | **Consolidado** |
| ***Aging list*** | **2023** |  | **2022** |  | **2023** |  | **2022** |
| Títulos a vencer | 14.195 |  | 8.898 |  | 17.357 |  | 12.604 |
| Até 30 dias | 663 |  | 1.492 |  | 688 |  | 1.492 |
| De 31 a 60 dias | 128 |  | 198 |  | 149 |  | 198 |
| Há mais de 60 dias | 525 |  | 108 |  | 549 |  | 108 |
|   | **15.511** |  | **10.696** |  | **18.743** |  | **14.402** |

A Companhia registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa após análise individualizada dos clientes.

A movimentação da Provisão Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) está demonstrada a seguir:

|  |  |
| --- | --- |
|  | **Controladora/consolidado** |
| **Saldo inicial em 31 de dezembro de 2022** | **(457)** |
|  |  |
| Adições | (44) |
| Baixas | 331 |
|   |  |
| **Saldo final em 31 de dezembro de 2023** | **(170)** |

1. **Impostos a recuperar**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Descrição** |  | **Controladora** |  | **Consolidado** |
|  |  | **2023** |  | **2022** |  | **2023** |  | **2022** |
| Saldo negativo de IRPJ e CSLL | 8 |  | 11.085 |  | 8 |  | 11.097 |
| IRRF a recuperar |  | 5.510 |  | 4.449 |  | 5.564 |  | 4.501 |
| Demais tributos a recuperar | 575 |  | 574 |  | 617 |  | 2.213 |
|  |  | **6.093** |  | **16.108** |  | **6.189** |  | **17.811** |

1. **Créditos com pessoas ligadas**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Descrição** |  | **Controladora** |  | **Consolidado** |
|  |  | **2023** |  | **2022** |  | **2023** |  | **2022** |
| Estado do Ceará |  | 28.400 |  | 32.087 |  | 28.400 |  | 32.087 |
|  |  | **28.400** |  | **32.087** |  | **28.400** |  | **32.087** |

Os créditos com pessoas ligadas no montante de R$28.400 milhões se referem a assumpção pelo acionista Estado do Ceará de parte dos valores relativos as causas trabalhistas cujo depósito se realizou em juízo no mês de outubro de 2022, em conformidade com a cláusula 10.9 do Acordo de Investimentos firmado quando do ingresso do acionista Port of Pecém na sociedade. Este crédito foi compensado com saldo remanescente da compra da ZPE em 2024. (Nota explicativa nº24)

1. **Investimentos**

A movimentação dos investimentos está demonstrada a seguir:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **ZPE** |  | **Mais valia - contratos com clientes** |  | **Goodwill** |  | **Mais valia - software** |  | **Investimentos mantidos ao custo (i)** |  | **Total** |
| **Saldo final em 31 de dezembro de 2021** |  | **19.697** |  | **17.624** |  | **54.316** |  | **79** |  | **23** |  | **72.042** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Resultado de equivalência patrimonial | 5.282 |  | - |  | - |  | - |  | - |  | **5.282** |
| Amortização da mais valia |  | - |  | (1.523) |  | - |  | (50) |  | - |  | **(1.573)** |
| Distribuição de dividendos |  | (6.352) |  | - |  | - |  | - |  | - |  | **(6.352)** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Saldo final em 31 de dezembro de 2022** |  | **18.627** |  | **16.101** |  | **54.316** |  | **29** |  | **23** |  | **89.096** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Resultado de equivalência patrimonial | 9.359 |  | - |  | - |  | - |  | - |  | **9.359** |
| Alienação de ações |  | - |  | - |  | - |  | - |  | (13) |  | **(13)** |
| Amortização da mais valia |  | - |  | (1.522) |  | - |  | (29) |  | - |  | **(1.551)** |
| Distribuição de dividendos |  | (2.340) |  | - |  | - |  | - |  | - |  | **(2.340)** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Saldo final em 31 de dezembro de 2023** |  | **25.646** |  | **14.579** |  | **54.316** |  | **-** |  | **10** |  | **94.551** |

1. Refere-se a investimento mantidos na empresa Têxtil Bezerra de Menezes – TBM. A Companhia não mantém influência significativa sobre tais investimentos, em função disso, mantém ao valor de custo.
2. **Imobilizado**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | **Controladora** |
|  |  | **dez/23** |  | **dez/22** |
| **Descrição** |  | **Custo** |  | **Depreciação acumulada** |  | **Líquido** |  | **Valor líquido** |
| Móveis e utensílios |  | 2.201 |  | (1.487) |  | 714 |  | 688 |
| Máquinas, equip. e ferramentas |  | 6.194 |  | (3.196) |  | 2.998 |  | 3.094 |
| Veículos |  | 2.484 |  | (1.778) |  | 706 |  | 913 |
| Equipamentos de proc. dados |  | 11.363 |  | (7.916) |  | 3.446 |  | 4.479 |
| Embarcações |  | 223 |  | (66) |  | 157 |  | 179 |
| Equipamentos de comunicações |  | 889 |  | (738) |  | 151 |  | 189 |
| Outros bens imóveis |  | 1.326 |  | (69) |  | 1.257 |  | 128 |
| Câmara frigorifica |  | 442 |  | (442) |  | - |  | - |
| Veículos aéreos não tripulados |  | 64 |  | (17) |  | 47 |  | 53 |
| Equipamentos em construções |  | 66.412 |  | - |  | 66.412 |  | 45.830 |
| **Totais** |  | **91.598** |  | **(15.709)** |  | **75.888** |  | **55.553** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | **Consolidado** |
|  |  | **dez/23** |  | **dez/22** |
| **Descrição** |  | **Custo** |  | **Depreciação acumulada** |  | **Líquido** |  | **Valor líquido** |
| Móveis e utensílios |  | 2.377 |  | (1.595) |  | 782 |  | 742 |
| Máquinas, equip. e ferramentas |  | 7.083 |  | (3.518) |  | 3.565 |  | 3.729 |
| Veículos |  | 2.759 |  | (2.053) |  | 706 |  | 913 |
| Equipamentos de proc. dados |  | 13.928 |  | (8.745) |  | 5.183 |  | 4.591 |
| Embarcações |  | 223 |  | (66) |  | 157 |  | 179 |
| Equipamentos de comunicações |  | 889 |  | (738) |  | 151 |  | 189 |
| Outros bens imóveis |  | 1.326 |  | (69) |  | 1.257 |  | 128 |
| Câmara frigorifica |  | 442 |  | (442) |  | - |  | - |
| Veículos aéreos não tripulados |  | 64 |  | (17) |  | 47 |  | 53 |
| Equipamentos em construções |  | 66.412 |  | - |  | 66.412 |  | 45.830 |
| **Totais** |  | **95.503** |  | **(17.243)** |  | **78.260** |  | **56.354** |

**Movimentação do ativo imobilizado**

|  |  |
| --- | --- |
|  | **Controladora** |
|  | **Movimentação do ativo imobilizado** |
| **Bens em Operação** | **dez/22** |  | **Aquisições** |  | **Baixas** |  | **Depreciações** |  | **dez/23** |
| Móveis e utensílios | 688 |  | 171 |  | (64) |  | (81) |  | 714 |
| Máquinas, equip. e ferramentas | 3.094 |  | 509 |  | (46) |  | (559) |  | 2.998 |
| Veículos | 913 |  | - |  | - |  | (207) |  | 706 |
| Equipamentos de proc. dados | 4.479 |  | 233 |  | (2) |  | (1.264) |  | 3.446 |
| Embarcações | 179 |  | - |  | - |  | (22) |  | 157 |
| Equipamentos de comunicações | 189 |  | 43 |  | (1) |  | (80) |  | 151 |
| Outros bens imóveis | 128 |  | 1.176 |  |  |  | (47) |  | 1.257 |
| Veículos aéreos não tripulados | 53 |  | - |  | - |  | (6) |  | 47 |
| Equipamentos em construções | 45.830 |  | 20.582 |  | - |  | - |  | 66.412 |
|  | **55.553** |  | **22.714** |  | **(113)** |  | **(2.266)** |  | **75.888** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  **Consolidado** |  |
|  | **Movimentação do ativo imobilizado** |  |
| **Bens em Operação** | **dez/22** |  | **Aquisições** |  | **Baixas** |  | **Depreciações** |  | **dez/23** |
| Móveis e utensílios | 742 |  | 199 |  | (64) |  | (95) |  | 782 |
| Máquinas, equip. e ferramentas | 3.729 |  | 529 |  | (46) |  | (647) |  | 3.565 |
| Veículos | 913 |  | - |  | - |  | (207) |  | 706 |
| Equipamentos de proc. dados | 4.591 |  | 2.001 |  | (2) |  | (1.407) |  | 5.183 |
| Embarcações | 179 |  | - |  | - |  | (22) |  | 157 |
| Equipamentos de comunicações | 189 |  | 43 |  | (1) |  | (80) |  | 151 |
| Outros bens imóveis | 128 |  | 1.176 |  | - |  | (47) |  | 1.257 |
| Veículos aéreos não tripulados | 53 |  | - |  | - |  | (6) |  | 47 |
| Equipamentos em construções | 45.830 |  | 20.582 |  | - |  | - |  | 66.412 |
|  | **56.354** |  | **24.530** |  | **(113)** |  | **(2.511)** |  | **78.260** |

1. **Intangível**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | **Controladora** |
|  |  | **2023** |  | **2022** |
| **Descrição** |  | **Custo** |  | **Depreciação acumulada** |  | **Líquido** |  | **Valor líquido** |
| Direito de uso (i) |  | 950.487 |  | (172.305) |  | 778.182 |  | 779.791 |
| Software |  | 7.169 |  | (5.425) |  | 1.744 |  | 3.058 |
|  |  | **957.656** |  | **(177.730)** |  | **779.926** |  | **782.849** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  | **Consolidado** |
|  |  | **2023** |  | **2022** |
| **Descrição** |  | **Custo** |  | **Depreciação acumulada** |  | **Líquido** |  | **Valor líquido** |
| Direito de uso (i) |  | 964.633 |  | (172.305) |  | 792.328 |  | 793.937 |
| Software |  | 16.575 |  | (12.998) |  | 3.577 |  | 5.768 |
| Mais valia na aquisição da ZPE Ceará |  | 77.387 |  | (8.492) |  | 68.895 |  | 70.446 |
|  |  | **1.058.595** |  | **(193.795)** |  | **864.800** |  | **870.151** |

**Movimentação**

|  |  |
| --- | --- |
|  | **Controladora** |
|  | **Movimentação do ativo intangível** |
|  | **2022** |  | **Aquisições** |  | **Amortizações** |  | **2023** |
| Direito de uso (i) | 779.791 |  | 34.826 |  | (36.435) |  | 778.182 |
| Software | 3.058 |  | - |  | (1.314) |  | 1.744 |
|  | **782.849** |  | **34.826** |  | **(37.749)** |  | **779.926** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | **Consolidado** |
|  | **Movimentação do ativo intangível** |
|  | **2022** |  | **Aquisições** |  | **Amortizações** |  | **2023** |
| Direito de uso (i) | 793.937 |  | 34.826 |  | (36.435) |  | 792.328 |
| Software | 5.768 |  | 646 |  | (2.837) |  | 3.577 |
| Mais valia na aquisição da ZPE Ceará | 70.446 |  | - |  | (1.551) |  | 68.895 |
|  | **870.151** |  | **35.472** |  | **(40.823)** |  | **864.800** |

1. Em 28 de novembro de 2018, a Companhia firmou com o Estado do Ceará, termo de cessão que tem por objeto a cessão do direito de uso, a título gratuito, de 3.613,30 hectares da área descrita, com todos os seus bens acessórios, tais quais edificações, benfeitorias e acessões, ativos, pertenças e partes integrantes, contidos na referida área, tudo correspondente a imóveis de propriedade do Estado, ou que estão sob sua posse.

A amortização, quando aplicável, é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

* 1. **Combinação de negócio - ZPE**

A Companhia, através de processo de inexigibilidade, devidamente homologado pelo parecer nº 05/2018 (processo nº 32673770/2018) emitido pela Procuradoria Geral do Estado do Ceará em 25 de julho de 2018, celebrou contrato de compra e venda de ações e outras avenças para aquisição de 10.000.000 (dez milhões) de ações da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará - ZPE, sociedade brasileira que tem como principal objetivo promover atos de gestão necessários a implantação, operação e desenvolvimento da Zona de Processamento de Produtos para Exportação sediada no Estado do Ceará.

O processo de aquisição das supramencionadas ações seguiu as previsões legais afetas ao art. 26 da Lei nº 8.666/93, uma vez que o proprietário dessas ações (vendedor) era o Estado do Ceará. Em razão do exposto a negociação se realizou pelo valor de mercado das ações.

1. **Fornecedores**

Composto por fornecedores nacionais, substancialmente para manutenção do funcionamento e operações das instalações da Companhia e sua controlada, tendo prazo de pagamento médio inferior a 60 dias. Em 31 de dezembro de 2023, os saldos apresentados na rubrica são nos montantes de R$ 15.042 e
R$ 15.973, respectivamente na controladora e consolidado.

1. **Obrigações fiscais**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Controladora** |  | **Consolidado** |
| **Descrição** |  | **2023** |  | **2022** |  | **2023** |  | **2022** |
| IRPJ e CSLL a recolher |  | 1.208 |  | - |  | 1.903 |  | 443 |
| IRRF a recolher |  | 128 |  | 77 |  | 212 |  | 170 |
| ISS a recolher |  | 1.590 |  | 1.026 |  | 1.652 |  | 1.027 |
| PIS e COFINS a recolher |  | 2.657 |  | 1.910 |  | 2.754 |  | 2.192 |
| INSS retido de terceiros | 534 |  | 581 |  | 667 |  | 711 |
|  |  | **6.117** |  | **3.594** |  | **7.188** |  | **4.543** |

1. **Obrigações sociais e trabalhistas**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Controladora** |  | **Consolidado** |
| **Descrição** |  | **2023** |  | **2022** |  | **2023** |  | **2022** |
| INSS a recolher |  | 617 |  | 875 |  | 695 |  | 954 |
| FGTS a recolher |  | 388 |  | 273 |  | 413 |  | 299 |
| Provisão para férias |  | 2.504 |  | 2.067 |  | 2.738 |  | 2.342 |
| INSS sobre provisão de férias | 669 |  | 678 |  | 731 |  | 751 |
| FGTS sobre provisão de férias | 200 |  | 189 |  | 219 |  | 211 |
| IRRF sobre folha |  | 775 |  | 906 |  | 775 |  | 906 |
| Outras obrigações sociais |  | 91 |  | 102 |  | 215 |  | 102 |
|  |  | **5.244** |  | **5.090** |  | **5.786** |  | **5.565** |

1. **Participações nos lucros**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Controladora** |  | **Consolidado** |
| **Descrição** |  | **2023** |  | **2022** |  | **2023** |  | **2022** |
| Participação dos empregados |  | 11 |  | 15.631 |  | 11 |  | 15.631 |
| Participação dos administradores | 192 |  | 717 |  | 192 |  | 717 |
|  |  | **203** |  | **16.348** |  | **203** |  | **16.348** |

Os fundamentos para a instituição dessa política estão contidos na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que decorre da aplicação do inciso XI do artigo 7º da Constituição Federal e nos princípios e valores adotados pela companhia. No exercício 2022, no que tange aos empregados, observava-se, em adição, a cláusula sexta do acordo coletivo de trabalho 2022. Em 2023, contudo, a Companhia considera não existir acordo coletivo de trabalho vigente, tendo adentrado junto ao Tribunal Regional do Trabalho com processo de "tutela de evidência" (0001651-27.2023.5.07.0039) solicitando a declaração de nulidade da cláusula quinquagésima do acordo coletivo de trabalho 2022, visando a suspensão da vigência daquele acordo, com base no art.614, § 3º da CLT, respaldada em decisão vinculante proferida pelo Supremo Tribunal Federal, por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, ADPF nº 323 e porque não se encerraram as negociações para implementação do acordo coletivo de trabalho 2023.

1. **Provisões para contingências**

A Companhia é parte envolvida em vários processos cíveis e trabalhistas que se encontram aguardando julgamento em diversas instancias. As provisões para contingências, para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso são estabelecidas com base na avaliação da alta administração, fundamentada na opinião de seus assessores e nas normas específicas.

As ações que foram prognosticadas como prováveis perdas para a Companhia estão provisionadas.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **Controladora** | **Consolidado** |
| **Descrição** | **dez/23** | **dez/22** | **dez/23** | **dez/22** |
| Contingências trabalhistas | 600 | 369 | 600 | 369 |
|  | **600** | **369** | **600** | **369** |

1. **Patrimônio líquido**
2. **Capital social**

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 totaliza em 176.926.942 ações, todas de classe única (ordinária), nominativas e sem valor nominal. A composição acionária é distribuída da seguinte forma:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Descrição** | **Ações ON** | **Total** | **Participação**  |
| Estado do Ceará | 123.848.859 | 123.848.859 | 70,00% |
| Port of Pecém Participações BV | 53.078.083 | 53.078.083 | 30,00% |
|  | **176.926.942** | **176.926.942** | **100,00%** |

1. **Reserva legal**

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

1. **Reserva de lucros a realizar**

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de lucros a realizar é criada somente depois de considerados os requisitos previstos nos artigos 30º, 31º e 32º do estatuto social da Companhia.

1. **Reserva de incentivo fiscal**

A Companhia possui incentivo fiscal junto a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade portuária.

O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução pelo incentivo fiscal, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação a importância distribuída, o imposto que a Companhia deixar de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis, conforme determina o artigo 19, §§ 3º e 5º, do Decreto Lei nº 1.598/77.

1. **Receita líquida de vendas**

A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos serviços prestados é como segue:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Controladora** |  | **Consolidado** |
| **Descrição** |  | **2023** |  | **2022** |  | **2023** |  | **2022** |
| **Receita de serviço** |  | **311.802** |  | **254.311** |  | **356.262** |  | **292.012** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Deduções da receita** |  |  |  |  |
| (-) COFINS sobre receita |  | (23.700) |  | (19.321) |  | (27.079) |  | (22.186) |
| (-) PIS sobre receita |  | (5.145) |  | (4.195) |  | (5.879) |  | (4.817) |
| (-) ISS sobre receita |  | (15.093) |  | (12.688) |  | (16.932) |  | (14.587) |
| (-) Cancelamento de serviços | (60) |  | (103) |  | (60) |  | (103) |
|  |  | **267.804** |  | **218.004** |  | **306.312** |  | **250.319** |

1. **Custos dos serviços prestados**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Controladora** |  | **Consolidado** |
|  |  | **2023** |  | **2022** |  | **2023** |  | **2022** |
| **Descrição** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Energia elétrica custo |  | (19.862) |  | (20.351) |  | (20.370) |  | (20.925) |
| Custo com pessoal |  | (22.427) |  | (18.990) |  | (24.571) |  | (21.309) |
| Manutenção e conservação | (19.399) |  | (19.643) |  | (19.502) |  | (19.702) |
| Segurança |  | (9.147) |  | (8.887) |  | (11.832) |  | (11.727) |
| Outros custos |  | (7.408) |  | (6.370) |  | (9.761) |  | (7.257) |
| Depreciação e amortização | (38.920) |  | (37.490) |  | (38.920) |  | (37.490) |
| Mão de obra terceirizada |  | (13.263) |  | (13.164) |  | (19.859) |  | (20.286) |
|  |  | **(130.426)** |  | **(124.895)** |  | **(144.815)** |  | **(138.696)** |

1. **Despesas gerais e administrativas**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Controladora** |  | **Consolidado** |
| **Descrição** |  | **2023** |  | **2022** |  | **2023** |  | **2022** |
| Despesa com pessoal |  | (17.589) |  | (14.984) |  | (20.692) |  | (17.782) |
| Mão de obra terceirizada | (13.307) |  | (12.081) |  | (13.307) |  | (16.028) |
| Depreciação e amortização |  | (2.230) |  | (2.542) |  | (3.998) |  | (4.225) |
| Honorário da Administração | (1.911) |  | (1.767) |  | (2.675) |  | (1.767) |
| Locação de veículos e transportes | (2.158) |  | (1.701) |  | (2.694) |  | (2.235) |
| Assessorias e consultorias |  | (1.551) |  | (2.491) |  | (1.682) |  | (2.491) |
| Combustíveis e lubrificantes | (582) |  | (562) |  | (692) |  | (831) |
| Serviços de tecnologia |  | (3.518) |  | (1.080) |  | (4.458) |  | (3.054) |
| Manutenção e conservação | (1.025) |  | (453) |  | (1.280) |  | (586) |
| Outras despesas |  | (2.996) |  | (2.987) |  | (6.951) |  | (3.840) |
| PECLD |  | 44 |  | (323) |  | 44 |  | (323) |
|  |  | **(46.823)** |  | **(40.971)** |  | **(58.385)** |  | **(53.162)** |

1. **Resultado financeiro**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Controladora** |  | **Consolidado** |
| **Descrição** |  | **2023** |  | **2022** |  | **2023** |  | **2022** |
| **Receitas financeiras** |  |   |  |  |  |  |  |  |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 36.827 |  | 38.435 |  | 37.642 |  | 38.887 |
| Descontos obtidos |  | 119 |  | 174 |  | 133 |  | 205 |
| Juros ativos |  | 307 |  | 78 |  | 652 |  | 78 |
| Outras receitas financeiras |  | 1.311 |  | 424 |  | 1.311 |  | 408 |
|  |  | **38.564** |  | **39.111** |  | **39.738** |  | **39.578** |
| **Despesas financeiras** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Descontos concedidos |  | (887) |  | (984) |  | (912) |  | (984) |
| Juros e multas |  | (131) |  | (6) |  | (131) |  | (10) |
| Despesas bancárias |  | (141) |  | (141) |  | (151) |  | (148) |
| Outras despesas financeiras | - |  | (6) |  | (1) |  | (8) |
|  |  | **(1.159)** |  | **(1.137)** |  | **(1.195)** |  | **(1.150)** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Total** |  | **37.405** |  | **37.974** |  | **38.543** |  | **38.428** |

1. **Impostos sobre a renda**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Controladora** |  | **Consolidado** |
| **Descrição** |  | **2023** |  | **2022** |  | **2023** |  | **2022** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Impostos correntes** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| (-) Imposto de renda  |  | (26.801) |  | (6.401) |  | (30.027) |  | (7.535) |
| (+) Incentivo Fiscal - SUDENE | 16.171 |  | 1.120 |  | 16.171 |  | 1.120 |
| (-) Contribuição social sobre o lucro líquido | (9.977) |  | (2.297) |  | (11.056) |  | (2.724) |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  | **(20.607)** |  | **(7.578)** |  | **(24.912)** |  | **(9.139)** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Impostos diferidos** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| (-) Imposto de renda  |  | 57 |  | (1.354) |  | 57 |  | (1.354) |
| (-) Contribuição social sobre o lucro líquido | 21 |  | (487) |  | 21 |  | (487) |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  | **78** |  | **(1.841)** |  | **78** |  | **(1.841)** |

1. **Eventos subsequentes**

O Estado do Ceará através da Secretaria do Desenvolvimento Econômico – SDE, órgão da administração direta, representada por João Salmito Filho, Secretário, emitiu na data de 18 de janeiro de 2024, Termo de Declaração de Quitação de Dívida à Companhia, no valor de R$90.899.928,28 (noventa milhões oitocentos e noventa e nove mil novecentos e vinte e oito reais e vinte e oito centavos) relativo à venda de 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias emitidas pela Companhia Administradora da Zona de Processamento de Produtos para Exportação – ZPE Ceará, das quais era proprietário.

Rafael Miranda de Figueiredo

Contador CRC/CE 20.880